

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE EPISTEMOGRAFIA, INFORMAÇÃO E INDIGENISMO

Some notes about epistemography,
information and indigenism

Rodrigo Piquet Saboia de Mello

Doutorando e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI - do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT/Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

rodrigopiquetuff@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo versará sobre as informações contidas nos repositórios públicos pertencentes ao Estado brasileiro no que diz respeito à temática indígena. Também serão abordadas algumas diretrizes que norteiam o trabalho indigenista e outros apontamentos pertinentes advindas do campo da Epistemografia e do processo que vem ganhando destaque no que tange a autonomia informacional dos povos indígenas, numa relação de saber/poder que resulta num protagonismo indígena contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência da Informação. Indigenismo. Povos indígenas. Epistemografia.

ABSTRACT: The paper will focus on the information in public repositories belonging to the Brazilian State in says indigenous issues. They will also discuss some guidelines that guide the indigenous labor and other relevant notes coming from the field of Epistemography and the indigenous e process that has been gaining momentum with respect to informational autonomy of indigenous peoples, a relationship of knowledge-power that results in a contemporary leadership.

KEYWORDS: Information Science. Indigenism. Indigenous people. Epistemography.

1 Introdução

A ação do Estado brasileiro para com os indígenas tem início no ano de 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI) e temos como marco o início da relação exclusivamente estatal no tratar da questão indígena. Até então, o que tínhamos era uma relação mediada pela Igreja Católica e sua ação catequética que apresentava em alguns momentos históricos uma relação dúbia, ora de proteção, ora de atentado aos direitos indígenas.

Cabe afirmar que a relação entre a catequese ou a proteção estava na gênese do processo de tratamento para com os povos indígenas e os desdobramentos resultantes desta ação. A passagem abaixo elucida a discussão:

Em meio a estes debates, o País toma consciência do problema indígena, definindo-se logo duas correntes opostas. Uma, religiosa, que defendia a catequese católica como a única solução compatível com a formação do povo brasileiro. Outra, leiga, argumentava que a assistência protetora ao índio competia privativamente ao Estado. Sendo este leigo, leiga devia ser a assistência mesmo porque mais de uma religião era professada pelo povo e cabia assegurar ao índio plena liberdade de consciência para, uma vez capacitado, escolher sua própria fé, e bem assim garantir a todas as confissões religiosas o direito de fazer prosélitos entre eles. (RIBEIRO, 1962, p. 13)

Ganhando a tese da chamada proteção do Estado com a Proclamação da República, resultando tempo depois na formação de uma agência estatal específica para tratar as questões indígenas, é possível verificar o início do acúmulo documentário em repositórios que refletiam os atos emanados do Estado para com a população ameríndia. Estes documentos, então, comprovavam em distintas circunstâncias a presença de indígenas em diversas regiões do território brasileiro e a memorialidade destes povos por meio dos registros objetivados nos documentos produzidos pelo Estado.

Esta documentação histórica acumulada possui uma história de muitos revezes e uma trajetória de quase perda. Vejamos:

Em 16 de junho de 1967, um incêndio destruiu sete andares do edifício do Ministério da Agricultura em Brasília, transformando em cinzas arquivos administrativos, filmes, mapas, gravações e artefatos depositados na sede do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Na época, o incêndio “suspeito” foi tido por algumas personalidades como criminoso, uma ‘queima de arquivo’, já que ocorrera após a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do SPI pelo Ministro do Interior, General Albuquerque Lima. (FREIRE, 2011, p. 11)

Portanto, boa parte da documentação esteve praticamente perdida, tendo sido necessários esforços para recuperar as informações contidas nos acervos do SPI, como na iniciativa de esforços para o recolhimento de documentos nas então denominadas Administrações Regionais (ARs) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) por profissionais especializados do Museu do Índio (MI). Em meados dos anos de 1970, temos a criação do Centro de Documentação Etnológica (CDE), que teria um papel de importância na construção deste repositório documental. Este Centro teria as seguintes funções:

- 1) A criação de um sistema de arquivos que priorizasse a salvaguarda, o controle e a organização de toda e qualquer documentação, em particular a de interesse etnológico e indigenista, que contemplasse a totalidade da documentação sob a esfera da FUNAI e reunisse os arquivos de outras instituições que tiveram contato com os povos indígenas, tendo em vista a reconstrução do acervo perdido em 1967;
- 2) A organização de um arquivo para cada grupo indígena, com informações úteis para a pesquisa etnológica e documentos de natureza legal referentes às suas terras;
- 3) Por fim, a formulação de um programa sistemático de pesquisas etno-históricas. (MOREIRA NETO, 1979)

Mesmo com a importante iniciativa de reunir a documentação dispersa pelo território brasileiro, os arquivos se encontravam no que podemos chamar de caos documentário, conceito este elaborado pelo documentalista Bradford (1961), que conceitua o que seria um acúmulo não programado da documentação gerada por uma entidade produtora.

Desde já, é possível afirmar que uma das maiores garantias que o recolhimento e a salvaguarda desta documentação pode trazer é a garantia do uso da terra por parte dos indígenas. Mesmo que haja no ordenamento jurídico brasileiro por meio de sua Carta Magna a garantia destes territórios, eles devem estar embasados numa documentação para que possam resgatar a memória da presença dos povos indígenas nas diversas localidades do território brasileiro.

Estes documentos podem representar uma incorporação de povos omitidos com a democratização do Estado brasileiro. Destarte:

É dentro desse quadro conceitual que vem sendo usualmente tratada a questão da incorporação dos povos indígenas às sociedades nacionais, focalizada por meio das diferentes esferas de contradições e impasses (econômicos, político-jurídicos, socioculturais e éticos) que suscita. Mas a realidade atual é de um mundo globalizado no qual as sociedades mantêm fronteiras porosas, são atravessadas por múltiplos processos de diásporas e operam uma revalorização de identidades e saberes locais. (OLIVEIRA, 2002, p. 105)

Esta incorporação na qual se refere Oliveira ocorre em diversos níveis,

como na garantia as terras tradicionalmente ocupadas, ao acesso a serviços de saúde, como também ao acervo documental referente à história destes povos. E este conhecimento se tornou um fator fundamental de desenvolvimento das potencialidades dos povos indígenas, como também do acesso às informações que remontam, por exemplo, a constituição da cultura material que determina a que etnia pertence um determinado indivíduo.

2 Epistemografia, arquivos e indigenismo

Começamos pela concepção sobre a importância dos arquivos como documento probatório:

Os arquivos servem para provar. A prova, a necessidade da prova frente à justiça foi, na sociedade ocidental, a primeira razão da conservação para longa duração de determinados documentos escritos: diplomas merovíngios e carolíngios, atos, títulos, etc. Os documentos conservados eram documentos de arquivo porque probatórios, e não o contrário. Só muito mais tarde é que foram reconhecidos a todo documento de arquivo um caráter de autenticidade e um valor probatório a ser preservado. (DELMAS, 2010, p. 21)

No que tange a demarcação das terras indígenas, o valor informativo que há nos documentos se fez ainda mais importante, pois é a partir dos elementos probatórios contidos nos arquivos indigenistas que vamos encontrar a comprovação da permanência de povos em localidades muitas vezes pleiteadas ora por fazendeiros, ora por mineradores ou por outros interessados na expansão econômica assimétrica do país. Cabe frisar que nesta expansão, em muitos casos, não são respeitados os direitos dos povos tradicionais, despontando tragédias, como as que têm ocorrido na região do Estado do Mato Grosso do Sul, onde estão fixados os índios Guarani-Kaiwá. As informações inseridas nos arquivos que tenham como objeto a temática indígena são de grande valor para a compreensão das dinâmicas produzidas entre estes povos e o Estado brasileiro. Porém, nos dias de hoje, a sua importância cresceu em larga escala, já que os documentos possuem um valor probatório junto a tribunais do Poder Judiciário brasileiro, estabelecendo uma relação de veracidade aos fatos produzidos num determinado contexto histórico.

A título de exemplo quanto à importância informacional contida nos arquivos indígenas podemos citar àquele referente ao povo indígena Pataxó localizado no sul do Estado da Bahia. A organização do inventário dos documentos do Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967) no Museu do Índio reificou

vozes esquecidas por gestores públicos baianos que emitiam títulos de propriedade dentro dos territórios indígenas. A organização e disseminação da informação dos arquivos no âmbito do Serviço de Proteção aos Índios quanto à ação empreendida pelo Estado brasileiro para com os índios Pataxó possibilitou ações de retomada das terras tradicionalmente ocupadas que estavam sendo esbulhadas. O referido inventário subsidiou o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da memorialidade dos índios em suas terras e, hodiernamente, os Pataxó ainda lutam pela desintrusão de suas terras por colonos e fazendeiros. Assim, como ratifica o professor Bessa na introdução do inventário supracitado:

Os índios que aparecem na documentação desse catálogo não só passaram a existir, como também adquiriram voz. Eles falam e, algumas vezes, escrevem. E quando escrevem, reclamam, protestam, argumentam, registram as alianças feitas, desfeitas e refeitas, na luta pela terra e pela identidade. É possível ouvir o que dizem recuperando suas palavras, registradas na documentação oficial aqui inventariada. (FREIRE, 2002, p. 13)

Portanto, a luta travada pelos índios Pataxó e registrada nos arquivos produzidos pelo Estado brasileiro acabou se tornando em um instrumento de luta para a reapropriação do seu espaço. Cabe ainda ressaltar que os arquivos produzidos tinham por finalidade o controle do ente estatal para com o povo em questão. Como ainda afirma o professor Bessa: “os índios do sul da Bahia escrevem, em português, transformando a língua do colonizador em um instrumento de luta, num contexto em que suas terras abrigavam poucos índios selvagens.” (2002, p. 14)

Sendo assim, os registros documentais produzidos acabam tendo poder em virtude do controle realizado. O poder emergido pode beneficiar aquele que está na qualidade de gerar a produção documentária, ou aquele que foi objeto desta acumulação. Por exemplo, os índios Pataxó foram, num momento inicial, objeto deste controle e mais tarde ocorreu uma reconfiguração do seu uso. Logo:

Até agora, temos encontrado registros como instrumentos de poder. Mas esses instrumentos também têm um poder intrínseco. Agentes públicos e privados não se limitam a observar e a descrever a realidade; eles relatam as pessoas, os eventos e o ambiente em entidades que encaixam suas categorizações e são registráveis. Esta reificação social implica que praticamente não há outros ecos que estejam contidos nos registros. (KETELLAR, 2007, p. 379)

Portanto, o registro é a fonte indubitável da existência, por exemplo, de um determinado grupo indígena numa localidade do sul da Bahia, como no caso dos

¹ Hasta ahora hemos encontrado registros como instrumentos de poder. Pero estos instrumentos tienen también un poder intrínseco. Los agentes públicos y privados no observan y describen meramente la realidad; ellos conforman a las personas, los eventos y el entorno en entidades que se ajustarán a sus categorizaciones y que son registrables. Esta reificación social implica que no existen virtualmente otros ecos que aquellos que están contenidos en los registros.

índios Pataxó. Caso não existisse o registro e ele não tivesse sido conservado ao longo dos anos, não seria possível realizar a defesa por meio da memorialidade do território daquele povo.

Interessante também destacar que os povos indígenas estão imersos na chamada sociedade da informação e que não ficam imunes aqueles que possuem saberes e usos tradicionais da terra, como também das novas ferramentas informacionais. Isto ocorre como uma estratégia de luta para permanecerem vivos e atuantes, ou até mesmo, criando uma dinâmica própria da sociedade envolvente para garantir, ou ao menos, preservar direitos já conquistados que em muitos casos estão sendo esbulhados por interesses escusos.

Para aprofundar a reflexão, podemos nos utilizar de uma nova corrente transdisciplinar chamada de Epistemografia para entendermos a inclusão de povos não hegemônicos nas redes digitais e na apropriação dos novos paradigmas do conhecimento:

A expansão do digital e da tecnocultura obriga, sem dúvida, a um exercício de pluralismo ético, que consiste em criar ferramentas que não apenas auxiliem na organização dos “conhecimentos dominantes”, mas, especialmente, que promovam a resistência dos conhecimentos considerados subalternos. (GUTIÉRREZ, 2006, p. 105)

Portanto, povos de natureza não hegemônicos, ou seja, aqueles que não estão no comando dos processos decisórios do Estado Moderno ou dos mercados globais, como os povos indígenas, começam a manejar e a se apropriar de determinados conhecimentos para que possam obter vantagens em futuras disputas pelo poder e, conseqüentemente, pela sobrevivência do grupo.

Para um melhor entendimento da chamada sociedade da informação, vejamos a passagem:

A idéia de uma Sociedade da Informação, como a de Sociedade Pós-Industrial, no seu tempo, refere-se a uma mudança real do capitalismo, fruto do esgotamento do padrão de desenvolvimento do pós-guerra. Ao contrário de esclarecer o movimento histórico concreto de passagem para um novo modelo de regulação (ou para a inexistência de regulação, como diriam outros) do sistema, essas noções têm uma função essencialmente ideológica. (BOLAÑO, 2004, p. 1)

O conceito elaborado chamado de sociedade da informação teria como função primordial macular o processo que o capitalismo tem passado no sentido de não esclarecer o processo de liberalização das relações existentes no seio da sociedade capitalista, como na desregulamentação das relações de trabalho, e até mesmo no efeito produzido nas ações (não) realizadas pelo Estado para a garantia do território de povos não hegemônicos, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos,

dentre outros.

Ainda se faz necessário ressaltar que a relação de saber/poder estabelecida hodiernamente pelos povos indígenas não se faz de maneira natural, como parte de uma dada cultura ameríndia. Assim como também um processo de inteligibilidade não é um fator pronto para as sociedades ditas modernas e ocidentais na construção do entendimento da realidade social ou até mesmo do fazer científico:

Não há, portanto, no conhecimento uma adequação ao objeto, uma relação de assimilação, mas, ao contrário, uma relação de distância e dominação; não há no conhecimento algo como felicidade e amor, mas ódio e hostilidade; não há unificação, mas sistema precário de poder. (FOUCAULT, 2002, p. 22)

Ou seja, esta sociedade da informação que hoje todos estão envolvidos não é um processo natural das forças sociais existentes no mundo ocidental. Na verdade, ela é uma invenção que se produz numa relação de distanciamento e ódio e que busca o controle e o poder do que é produzido em sociedade. Deste modo, a ação documentária de povos indígenas também passa por um esforço na construção de seu lócus de poder e de manutenção de seu modo de vida autônomo.

Para além da construção documentária dos povos indígenas, podemos também refletir sobre o contexto histórico na qual estão inseridos. Isto porque há uma própria mudança do entendimento de certos paradigmas construídos acerca da importância de repositórios, pois “quando aparece uma nova configuração do tecido histórico, da mesma forma teremos uma virada na perspectiva epistemológica” (NEGRI, 2003, p. 89). Podemos entender por nova configuração do tecido histórico, conforme mencionado por Negri, como sendo um protagonismo indígena no saber/fazer de povos não hegemônicos.

Ainda é importante frisar que a existência de certas instâncias para além dos povos tradicionais, como na ação dos aparelhos do Estado ou até mesmo de Organização Não Governamentais (ONGs), não significa assegurar as necessidades de grupos não hegemônicos, assim como também não possui um componente fundamental na relação de saber/poder, que pode ser traduzida em hostilidade e (in) segurança para tais grupos, além de não garantir o protagonismo indígena fundamental para iniciativas eficazes de poder e controles endógenos.

Algumas iniciativas de natureza wiki podem indicar novos modelos de construção intelectual com o fito de garantir uma maior porosidade nas relações tensas no espaço do saber/poder, como bem identificada por Foucault (2002). Essas mesmas relações podem ser mitigadas quando da construção do conhecimento por

meio das redes:

Se o wiki é um instrumento de trabalho em rede, lembremos que a noção de antropologia simétrica surgiu num contexto teórico que também valoriza a noção de rede. De certo modo, foi Bruno Latour quem “inventou” ambas as noções ou, pelo menos, deu uma interpretação que nos interessa para a noção de rede e para a ideia de uma antropologia de nós mesmos. (SZTUTMAN, 2007, p. 203)

Um esforço que cientistas da informação devem ter para com o fenômeno informacional indígena é compreender em qual contexto ele está sendo produzido e para qual finalidade ele existe. Uma indagação de magnitude reside em saber se esta busca por autonomia informacional dos povos indígenas atende a um interesse dos mesmos, ou se na verdade o Estado os utiliza para outros fins, como sendo um verniz de autonomia, numa era de incertezas quanto ao futuro e garantia das terras indígenas.

Ainda discutindo o papel da Ciência da Informação neste contexto, vejamos o fragmento abaixo:

Ciência da informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo das informações e os meios de processamento de informações para uma melhor acessibilidade e usabilidade [...]. Esta é uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com campos como matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, ciência, gestão de biblioteca e outros campos semelhantes². (BORKO, 1968, p. 1)

Para uma melhor compreensão do fenômeno informacional indígena, é necessário que se construam janelas de entendimento a partir de uma abordagem interdisciplinar. As complexas peculiaridades das culturas indígenas que habitam o território brasileiro e das informações produzidas serão mais bem apreendidas quando da interlocução necessária entre a Ciência da Informação e outras ciências humanas, como a Antropologia. Deste modo:

Portanto, é necessário entender que novas formas de conhecimento estão emergindo, que existem alternativas lógicas e epistemológicas que podem se deslocar dos núcleos para as áreas de interface, que a complexidade dos movimentos multiculturais é muito maior do que se imaginava, pois, os nomes são recentes, mas, os movimentos também têm sua história e as iniciativas de resistência são concomitantes às iniciativas de domínio. Enfim, é preciso o restabelecimento do conceito de revolução a partir de um novo modelo teórico que recupere o diálogo histórico do conhecimento, vinculando ausências e presenças. (SOARES; MARTIN; FRANCELIN, 2013, p. 69)

Assim, os desafios que possuem os povos indígenas em produzirem e

² Information science is that discipline that investigates the properties and behavior of information, the forces governing the flow of information, and the means of processing information for optimum accessibility and usability. [...] It is an interdisciplinary science derived from and related to such field as mathematics, logic, linguistics, psychology, computer technology, operations research, the graphic arts, communications, library science, management, and other similar fields.

disseminarem a sua própria informação se faz de um modo mais desafiador nos tempos de hoje. Faz-se necessário, deste modo, a utilização de novas lógicas de compreensão da realidade, como a lógica paraconsistente, que permite o suporte efetivo da contradição, assim como também da percepção de outras formas de pensar que não advindas da lógica clássica de natureza aristotélica.

Ainda podemos elucubrar a formação de saberes que passam somente pelos sujeitos construtores de um dado conhecimento, não perpassando pelos conhecimentos produzidos e esquadrihados por instituições de controle como a universidade, a escola e suas esferas de poder e influência. Deste modo:

Por “saberes sujeitados”, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. E foi pelo reaparecimento desses saberes de baixo, desses saberes não qualificados, desses saberes desqualificados mesmo, foi pelo reaparecimento desses saberes: o do psiquiatrizado, o do doente, o do enfermeiro, o do médico, mas paralelo e marginal em comparação com o saber médico, o saber do delinqüente, etc. – esse saber que denominarei, se quiserem, o “saber das pessoas” (e que não é de modo algum um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam) -, foi pelo reaparecimento desses saberes locais das pessoas, desses saberes desqualificados, que foi feita a crítica. (FOUCAULT, 2005, p. 12)

Sobre a Sociedade do Conhecimento na hodiernidade, temos a necessidade da construção inteligível de natureza heterodoxa, que possa abarcar novas diretrizes e ações que venham a contemplar as multiplicidades documentais e, quiçá, culturais de diversos estratos da sociedade que antes não obtinham os canais de formalizar seus anseios e demais perspectivas diante das demandas atuais. Portanto, partindo de uma premissa epistemográfica:

A Sociedade do Conhecimento, aquela a que devemos aspirar, há de ser uma sociedade desclassificada, isto é, heteroconstruída desde autonarrações múltiplas, a partir de estruturas e processos suficientemente flexíveis para incrementar, em seu interior, mais dissenso e configurações lógicas plurais. No mundo atual do pensamento e das tecnologias unificantes, sabemos que o consenso corre menos riscos do que o dissenso. Dissentir, então, mais do que consentir. (GUTIÉRREZ, 2006, p. 111)

Portanto, esta nova sociedade do conhecimento, ao invés de ser um mero recurso discursivo ideológico com o objetivo de ocultar as novas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, ela será um norte para a construção de uma nova sociedade informacional com o intuito de acolher novos tipos de lógicas e

conhecimentos.

3 Relações entre informação e documentação

Uma das mais emblemáticas características na contemporaneidade é a importância dada à informação. Portanto, a informação:

[...] comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. (LE COADIC, 1996, p. 5)

É possível afirmar que existe uma necessidade dos seres humanos na sociedade em obter informações para que possam se sentir atualizado do que os circundam na vida cotidiana. Todavia, o significado e a necessidade deste uso da informação são muito relativos e dependem muitas vezes da realidade circunscrita dos atores sociais em interação. Assim:

Na linguagem comum, o conceito de informação está sempre ligado ao significado e é usado como sinônimo de mensagem, notícia, fatos e ideias que são adquiridos e passados adiante como conhecimento. O homem procura manter-se informado sobre a vida política do país e do mundo, sobre os progressos da ciência, pelo simples prazer de saber. Ao uso comum do conceito de informação exprime uma concepção antropomórfica do vocabulário. (MACHADO, 2003, p. 15)

Este uso da informação também necessita de certos suportes para que possam transmitir às futuras gerações os conhecimentos adquiridos na perpetuação dos homens. Muito diferente dos animais, os seres humanos nascem dentro de estruturas de aprendizagem e comportamento que existiam antes de nós as utilizarmos para delas extrair informações sobre a realidade social e o lugar que nele ocupamos.

Para o armazenamento da informação, sentimos a necessidade, desde a Antiguidade Clássica, da construção de repositórios para o fim de salvaguardar esta cultura acumulada. Tradicionalmente, a permanência e a conservação são essenciais para a continuidade de uma cultura. Deste modo, os seres humanos poderão se beneficiar dos conhecimentos produzidos por outros e deverão ter algum sistema de armazenamento para transmitir esses benefícios através dos tempos.

Possivelmente haja uma imperiosa necessidade que extrapola a alçada dos indivíduos em realizarem uma acumulação documentária a fim de documentar a existência dos homens pela eternidade ou enquanto existirem os centros de

documentação que venham a garantir a salvaguarda deste material acumulado pelos homens ao longo do tempo. Como fato social, a informação existe para além da existência dos indivíduos, já que a sua formação é precedida pela própria vida em sociedade.

Os profissionais da informação como bibliotecários arquivistas e documentalistas tem por objeto de estudo o documento em um contexto bem definido, tanto em relação ao suporte que o sustenta quanto em relação à instituição que o abriga. O suporte físico, como o papel ou a película fílmica, é certamente tangível e passível de manipulação em seu conteúdo.

Numa análise comparativa, os povos indígenas também enfrentam o desafio de documentar a sua própria cultura. No entanto, os problemas costumeiros enfrentados por cientistas da informação ao se deparar com o modelo societário ocidental ganham outros contornos ao analisar os desafios do fenômeno informacional de natureza étnica. Ainda mais quando os povos indígenas vivem um processo de crescente autonomia na utilização das ferramentas documentais, assim como também no processo de salvaguarda e disseminação de informação em repositórios indígenas, frente ao próprio protagonismo por eles dirigidos.

Este processo de autonomização encarado pelos povos indígenas também resulta num processo de reelaboração de certos paradigmas de nossa sociedade, quando da problematização da reorganização do trabalho. Vale lembrar a dimensão biopolítica, ou seja, da análise crítica de comando realizada do ponto de vista das subjetividades, da liberdade e do subalterno, em que a produção documentária esta ligada a toda vida:

Esses movimentos não têm mais um fora, mas se colocam dentro do quadro do capital. A vivência é atravessada por acumulações e práxis diversas, e resulta das dinâmicas e, finalmente, se descobre na dimensão biopolítica, isto é, em um dispositivo que não está mais ligado somente à produção, mas, evidentemente, a toda a vida. (NEGRI, 2003, p. 102)

Cabe ainda destacar que não é qualquer manifestação material que sugeriria o que é um documento. Há a necessidade de se passar por alguns processos legitimadores, como o processo de documentação, para, a partir deste momento, aquele bem se tornar de fato um documento. Vejamos:

É uma estrela um documento? É um seixo rolado por uma torrente é um documento? É um animal vivo um documento? Não. Mas as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, e os animais que estão catalogados e mostrados em um jardim zoológico, são documentos³. (BRIET, 1951, p. 10)

³ Is a star a document? Is a pebble rolled by a torrent a document? Is a living animal a document? No. But the protographs and the catalogues of stars, the stones in a museum of mineralogy, and the animals that are cataloged and shown in a zoo, are documents.

Assim, a documentação apenas existirá quando os registros linguísticos indígenas, por exemplo, fizerem parte de um sistema de informação ou forem realizados produtos, como gramáticas pedagógicas ou dicionários, que possam materializar e disponibilizar aquela inscrição adquirida em pesquisas feitas em campo.

A documentação, segundo Briet (1951), terá a responsabilidade de gerar frutos importantes, como na dinamização da cultura contemporânea. As atividades técnicas típicas da documentação, como a seleção e a análise em centros de informação, produzirão uma massa documental que fomentará outras atividades humanas. Nos termos de Briet:

Vamos admirar a fertilidade documentária de um fato originário simples: por exemplo, um antílope de uma nova espécie foi encontrado na África por um explorador que tem sucesso na captura de um animal que é então levado de volta para a Europa para o nosso Jardim Botânico [Jardin des Plantes]. Um comunicado de imprensa torna o evento conhecido pelo jornal, rádio e por cinejornais. A descoberta torna-se o tema de um anúncio em Academia de Ciência. Um professor de museu discute isso em seus cursos. O animal vivo é colocado em uma gaiola e é catalogado (jardim zoológico). Uma vez que ele está morto, ele é preenchido e preservado (no Museu). Ele é emprestado para uma exposição. É utilizado em uma trilha sonora no cinema. A sua voz é gravada num disco. A primeira monografia serve para estabelecer uma parte do tratado com placas, em seguida, uma enciclopédia especial (zoológica), em seguida, uma enciclopédia geral. As obras são catalogadas em uma biblioteca, depois de ter sido anunciado na publicação (catálogos de editores e bibliografia na França). Os documentos são reproduzidos (desenho, pintura, aquarelas, estátuas, fotos, filmes, microfilmes), em seguida, selecionados, analisados, descritos, traduzidos (produções documentais). Os documentos que se relacionam com este evento são objetos de uma classificação científica (fauna) e de uma ideológica [ideologique] classificadora (classificação). A sua conservação e utilização final são determinados por algumas técnicas gerais e por métodos que se aplicam a todos os documentos - os métodos que são estudados em associações nacionais e num congresso internacional. O antílope é um documento catalogado inicialmente e os outros documentos são secundários ou derivados⁴. (1951, p. 10-11)

Chega a ser surpreendente que a coleta de um antílope possa ter tamanha

⁴ Let us admire the documentary fertility of a simple originary fact: for example an antelope of a new kind has been encountered in Africa by an explorer who has succeeded in capturing an individual that is then brought back to Europe for our Botanical Garden [Jardin des Plantes]. A press release makes the event known by newspaper, by radio, and by newsreels. The discovery becomes the topic of an announcement at the Academy of Sciences. A professor of the Museum discusses it in his courses. The living animal is placed in a cage and catalogue (zoological garden). Once it is dead, it will be stuffed and preserved (in the Museum). It is loaned to an Exposition. It is played on a soundtrack at the cinema. Its voice recorded on a disk. The first monography serves to establish part of a treatise with plates, then a special encyclopedia (zoological), then a general encyclopedia. The works are cataloged in a library, after having been announced at publication (publisher catalogues and bibliography of France). The documents are recopied (drawing, watercolors, painting, statues, photos, films, microfilms), then selected, analyzed, described, translated (documentary productions). The documents that relate to this event are the object of a scientific classifying (fauna) and of an ideologic [ideologique] classifying (classification). Their ultimate conservation and utilization are determined by some general techniques and by methods that apply to all documents - methods that are studied in national associations and at international Congress. The cataloged antelope is an initial document and the other documents are secondary or derived.

reverberação para a sociedade. A documentalista francesa demonstra com este exemplo que só foi possível essa socialização do conhecimento da descoberta do antílope devida à atividade de documentação por qual esta coleta passou.

Outro ponto chave para a compreensão da documentação para Briet é a relação entre o documento inicial e a documentação derivada. Aquele animal só foi empalhado num museu porque existiam documents secondary or derived que sustentavam a sua existência num determinado acervo museológico ou em exposição.

Se o documento, na definição clássica de Briet, possui na sua constituição uma natureza probatória, o mesmo vale para o papel da documentação na salvaguarda de línguas indígenas em perigo de extinção, como para o direito a preservação das terras indígenas. Além da conjuntura histórica que nos obriga, enquanto indivíduos conscientes do papel histórico a desempenhar, a reparar os danos causados a povos tão apenados que foram, e continuam sendo, os povos indígenas.

4 Considerações finais

Os desafios e as novas frentes de pesquisa abertas pelas questões que permeiam o fenômeno informacional indígena são enormes. Enquanto a sociedade ocidental produz registros em suportes permanentes, como o papiro, há muitos séculos, hoje populações indígenas com baixa tradição escrita têm realizado esforços para documentar a sua cultura.

Uma corrente transdisciplinar que abordamos e procura abarcar o novo fenômeno informacional que tange a temática indígena é a Epistemografia. Por meio dela, podemos compreender os conhecimentos excluídos dos processos hegemônicos informacionais, assim como também adotar outras lógicas de entendimento, como a de natureza paraconsistente, para além daquela de origem aristotélica.

Os povos indígenas no mundo contemporâneo se tornam protagonistas não apenas na luta para assegurar direitos coletivos, como na preservação de seus territórios, mas também começam a realizar uma profunda mudança paradigmática no que diz respeito à gestão de acervos culturais e no usufruto da documentação coletada, gerida e disseminada por eles.

No entanto, mais do que um mero capricho intelectual, a gestão informacional

de natureza étnica produzida pelos povos indígenas em território brasileiro é uma necessidade premente, não sendo um privilégio do Estado brasileiro ou de uma talvez invenção informacional de pesquisadores que querem desvelar certas dinâmicas informacionais.

Deste modo, devem-se criar centros de cultura e documentação étnicos, como também novas formas de (des) classificar os acervos existentes e aqueles que estão por ser registrados, coletados e documentados. Este processo de (des) classificação seria a grande virada epistêmica dos povos indígenas, pois no momento da desclassificação haveria um processo concomitante de empoderamento e realização da perspectivas da fala do outro, e não mais do detentor do saber acadêmico/técnico hegemônico como aquele produzido pelo Estado.

Por fim, outro fator do ponto de vista documental de relevância para os estudos informacionais de natureza indígena é a importância que os repositórios existentes, como aquele hoje salvaguardado no Museu do Índio e em outras instituições públicas, possuem para a comprovação da memorialidade da ocupação indígena em territórios tradicionalmente ocupados. A recuperação da informação representa mais do que o acesso e permanência a terra, mas a sobrevivência do seu lugar de origem.

Referências

BOLAÑO, César Ricardo Silveira. Sociedade da Informação, reestruturação produtiva e economia do conhecimento. *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, v. 14, n. 33, p. 186-190, 2004.

BORKO, H. Information Science: what is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, jan. 1968.

BRADFORD, S. C. *Documentação*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

BRIET, Suzanne. *What is documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (organizador). Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

FREIRE, R. Bessa Freire. Prefácio. In: Museu do Índio. Povos indígenas no sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910/1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002. p. 13-17.

GUTIÉRREZ, Antonio García. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *Transinformação*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago, 2006.

KETELLAR, Eric. Gestión de registros y poder social. In: MCKEMMISH, Sue [et. al.]. *Archivos: gestión de registro en la sociedad*. Cartagena: 3000 Informatica, 2007. p. 379-404.

LE COADIC, Yves-François. A Ciência da Informação. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MACHADO, Ana Maria Nogueira. Informação e controle bibliográfico: um olhar sobre a cibernética. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Centro de Documentação Etnológica da FUNAI. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 12-15, maio/ago, 1979.

NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império: com contribuições de Michael Hardt e Danilo Zolo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, Darcy. A Política Indigenista Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1962.

SOARES, Maria Sueny Barbosa; MARTIN, Mariana Thamires; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Pluralismo lógico e epistemografia interativa como ferramentas desclassificadoras do conhecimento. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 11, n. 1, p. 55-71, jan./abr. 2013.

SZTUTMAN, Renato (organização). Eduardo Viveiros de Castro: encontros. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2007.